

MOÇÃO

Garantia de continuidade dos Centros Novas Oportunidades

A Iniciativa Novas Oportunidades (INO) permitiu nos últimos anos a formação e a certificação de competências de milhares de jovens e adultos, dando um novo valor à aprendizagem ao longo da vida. Para muitos dos formandos, esta foi uma experiência ímpar de regresso à escola, de valorização das competências adquiridas e de acesso a novas formações qualificantes.

Passados mais de seis anos sobre o início do Programa INO está criada uma rede de Centros Novas Oportunidades que contam hoje com profissionais experientes e um saber acumulado que permite fazer uma avaliação séria da iniciativa, de modo a corrigir metodologias de trabalho, objetivos e públicos-alvo, qualidade das formações e rigor das certificações atribuídas.

Sendo a educação e formação de adultos um dos eixos centrais de uma política educativa que aposte na qualificação dos portugueses, é necessário que o país possa avaliar o caminho percorrido nos últimos anos, de modo a responder a eventuais falhas e dificuldades que permitam melhorar os resultados do Programa.

Também o novo Governo assumiu a avaliação da INO como ponto de partida para a política a definir. Em sucessivas afirmações públicas, os novos responsáveis do Ministério da Educação e Ciência comprometeram-se a realizar essa avaliação e nela sustentar as suas decisões sobre o futuro da INO.

À revelia destas declarações, nos últimos meses sucederam-se encerramentos de Centros Novas Oportunidades um pouco por todo o país. Depois dos encerramentos dos CNO do Instituto de Emprego e Formação Profissional, foi a vez de dezenas de CNO da responsabilidade direta do MEC verem a sua candidatura a financiamento recusada. E os restantes só têm garantia de financiamento até agosto de 2012, incluindo o CNO “@prender +”, sediado em Serpa desde maio de 2004, com um impacto muito positivo no concelho e na margem esquerda do Guadiana.

Esta indicação por e-mail ainda não foi oficializada nem justificada por critérios objetivos. Os Centros “a encerrar” nem sequer sabem o que lhes acontecerá. Ou seja, oito meses depois da tomada de posse do novo Governo, não há qualquer avaliação do programa e dos seus resultados, apenas intenções de encerramento e de desmantelamento da rede.

Com trabalho programado e processos em curso, formandos e profissionais ficaram sem perspectiva de futuro, enquanto os CNO que obtiveram financiamento não conseguem absorver toda a procura. Regiões inteiras ficam sem oferta, há profissionais e técnicos com contratos de trabalho firmados até dezembro de 2013 e,

nas escolas públicas, há professores dos quadros que eram formadores e ficam agora sem horário até ao final do ano letivo.

Há, assim, um enorme desperdício de recursos, de capacidade instalada e de experiência adquirida, sem que se vislumbre qualquer alternativa válida de oferta no que toca à educação e formação de adultos e à aprendizagem ao longo da vida.

Num país que enfrenta uma crise económica sem precedentes é fundamental apostar na educação e qualificação das pessoas para proceder a uma reconversão económica que permita vencer a crise. É preciso proceder a uma avaliação séria e credível, que permita repensar a Iniciativa Novas Oportunidades à luz das suas dificuldades e falhas, mas também das suas vantagens.

Dada a capacidade instalada nos diferentes CNO e as expectativas legítimas dos formandos, é fundamental que o Ministério da Educação e Ciência possa assegurar o financiamento de todos os CNO até 31 agosto de 2012. Durante este período será possível realizar uma avaliação séria da INO e planear adequadamente o equilíbrio territorial da rede, as ofertas a disponibilizar e a promoção da qualidade dos processos de trabalho para o próximo ano letivo.

A Assembleia Municipal de Serpa, reunida em 29 de fevereiro de 2012, defende:

- 1. A suspensão do encerramento de Centros Novas Oportunidades, feita sem qualquer avaliação, e a garantia de continuidade do CNO “@prender +”.**
- 2. Que o Ministério da Educação e da Ciência promova até 31 de agosto de 2012 uma avaliação por uma entidade independente da qualidade das formações/certificações obtidas ao abrigo da INO, da adequação da rede e das ofertas, avaliação essa que permita sustentar decisões políticas futuras.**
- 3. Caso seja aprovada, esta Moção deve ser enviada ao Presidente da Assembleia da República, Primeiro-ministro, Ministro da Educação e Ciência, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Sindicatos do setor da Educação, comunicação social nacional e regional.**

Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, na sessão de 29 de fevereiro de 2012 e aprovada, por maioria, com os votos a favor da CDU, PS e BE e os votos contra do PSD